



## Secretários do TCU dizem que governo Dilma maquiou contas

Segundo as duas testemunhas ouvidas ontem na Comissão do Impeachment, pedaladas foram intencionais e configuram crime de responsabilidade

Jefferson Ruy/Agência Senado



Albernaz fala na comissão, ao lado do relator, Anastasia, e do presidente, Lira: "Parte da crise se relaciona com a falta de cuidado com a gestão das finanças públicas"

O secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Tiago Dutra, e o secretário de Macroavaliação Governamental do órgão, Leonardo Albernaz, disseram que os atrasos nos repasses aos bancos públicos referentes ao Plano Safra foram deliberados para alterar os resultados do governo e violam a responsabilidade fiscal. Outras testemunhas serão ouvidas de hoje até sexta-feira. Ontem o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, decidiu que a comissão fará perícia nos documentos da denúncia contra Dilma. O pedido foi apresentado pela defesa da presidente afastada. **3**

## País deve mudar cultura de estupro, aponta debate

Representantes de várias entidades da sociedade civil e especialistas na questão de gênero disseram na Comissão de Direitos Humanos que é

preciso haver enfrentamento cultural e educacional contra o machismo e o desprezo às mulheres no país. Só assim haverá redução dos casos de

estupro. Alguns participantes chegaram a defender o controle da mídia e do marketing que associam o corpo feminino ao consumo, inclusive com mudanças na legislação. Todos os participantes afirmaram que a cultura de estupro existe no Brasil.

No início da audiência, a comissão aprovou nota de repúdio ao massacre de 49 pessoas em boate gay nos Estados Unidos. O texto condena "perseguições a gays, mulheres, negros e outros discriminados". O atentado motivou também diversos discursos em Plenário. **4 e 5**

Genildo Miguez/Agência Senado



Paim, entre debatedoras: só leis não acabam com a objetificação da mulher



Waldemir Boreto/Agência Senado

Comissão Senado do Futuro avalia impacto da tecnologia no processo legislativo

## Segundo especialistas, Legislativo precisa capacitar para tecnologia

A tecnologia vai influenciar o processo legislativo por meio das pessoas, por isso é importante o investimento em formação de pessoal nas próximas décadas. Essa foi a avaliação dos participantes de audiência pública ontem na Comissão

Senado do Futuro, que debateu o impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo. Eles também ressaltaram a importância da prestação de contas e da participação popular com liberdade. **7**

**Comissão discute atualização da Lei Antidoping **6****

**Fundos de ciência e tecnologia são tema de audiência hoje **5****

**Produção de energia renovável será debatida amanhã **5****

**Plenário lembra contribuições de Pompeu de Sousa **2****

*especial*  
**Cidadania**

## Número de domésticas cresce 5% depois de ampliação de direitos

Um ano depois de entrarem em vigor os novos direitos trazidos pela Lei das Domésticas, o total de pessoas que trabalham no setor aumentou 4,9%, segundo o IBGE, passando para quase 6,3 milhões.

Mas a parcela de trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, sem acesso a ga-

rantias como FGTS e horas extras, ainda permanece alta, mesmo tendo diminuído. Nessa situação se encontram aproximadamente 4 milhões de profissionais.

Para a senadora Ana Amélia, a formalização valorizou a categoria, apesar das dificuldades iniciais como o registro dos contratos no eSocial. **8**



Pedro França/Agência Senado

Lei equiparou os direitos das domésticas aos dos demais trabalhadores



Carlos Fernando Mathias, Ivan Camargo, Cristovam Buarque, Othília Pompeu e Ana Lúcia Pompeu na sessão de ontem

## Sessão lembra importância política de Pompeu de Sousa

No Plenário, ex-senador pelo Distrito Federal, jornalista e professor falecido em 1991 foi homenageado por seu compromisso com a luta pela liberdade e pelas inovações que implantou na imprensa do país

O SENADO HOMENAGEOU ontem o centenário de nascimento do ex-senador, professor e jornalista Pompeu de Sousa (1914-1991) em sessão especial no Plenário. Requerida e presidida por Cristovam Buarque (PPS-DF), a sessão reuniu parentes e amigos do homenageado, que ressaltaram as ações e o caráter de Pompeu de Sousa.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a biografia de Pompeu vale por uma verdadeira aula de história. O homenageado, disse o senador, “revolucionou a imprensa e a política e foi uma das raríssimas unanimidades da vida pública”.

— Um homem sem desafios, amado por seus amigos e por sua família e admirado por todos nós. Deixou uma imensa lacuna na política, no magistério e no jornalismo do nosso país — afirmou.

### Ex-senador trouxe mudanças em jornalismo e educação no Brasil

Nascido em 1914, em Redenção (CE), Roberto Pompeu de Sousa Brasil diplomou-se em sociologia e psicologia. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1931.

Entre 1942 e 1943, atuou em rádios nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, trabalhou no *Diário Carioca* a partir de 1950, onde foi responsável por inovações importantes no jornalismo e pelo primeiro manual de redação da imprensa brasileira. Pompeu também foi secretário de Imprensa do então primeiro-ministro Tancredo Neves, em 1961 e 1962. Ajudou na criação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi professor.

Demitido da universidade após o golpe militar de 1964,

Cristovam citou palavras que o faziam lembrar Pompeu, como “alegria”, “jovialidade”, “jornal”, “professor” e “Brasília”. O senador ressaltou a importância do político e jornalista para a autonomia do Distrito Federal e para a liberdade de imprensa. No Senado, Cristovam o qualificou como um democrata, que faz falta para os dias atuais em que os políticos perderam a capacidade de agregar e de levar o país para o futuro.

— Pompeu faz falta, porque hoje nós, políticos, perdemos a capacidade destas duas forças: nem estamos conseguindo agregar, nem estamos demonstrando um projeto motor para onde levar o Brasil nos próximos 50 anos. Hoje a gente não tem perspectiva de cinco meses adiante. Essa é uma falha do momento que nos deixa em uma situação constrangedora — afirmou.



Pompeu de Sousa foi senador constituinte de 1987 a 1991

passou a ser diretor da Editora Abril, responsável pela sucursal da revista *Veja* entre 1968 e 1978. Assumiu, em 1985, a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Foi senador constituinte pelo PMDB do DF de 1987 a 1991, sendo autor do parágrafo que prevê a liberdade de imprensa.

Faleceu aos 77 anos, em 11 de junho de 1991.

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Marques de Toledo Camargo, destacou a palavra “liberdade”, repetida no vídeo sobre a vida de Pompeu de Sousa, produzido pelo Centro de Produção Cultural e Educativa da UnB e exibido durante a sessão.

— Como é importante ouvir isso hoje na nossa Universidade de Brasília. É esse conceito que eu queria realçar da personalidade do nosso homenageado de hoje e clamar para nós continuarmos repetindo. Com autoritarismo não vamos a lugar nenhum — afirmou.

### Comunicação pública

Ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Carlos Fernando Mathias lembrou vários episódios da vida de seu amigo Pompeu. Em especial no tempo em que este trabalhou na prefeitura do Distrito Federal.

Já o professor Fernando Oliveira Paulino, diretor da Faculdade de Comunicação da UnB, mencionou a importância de Pompeu de Sousa na intervenção para a exibição do filme *Rio 40 Graus*, de Nelson Pereira dos Santos, que havia sido censurado nos anos 1950. Também lembrou o papel do ex-senador na edição das regras de redação do *Diário Carioca*, que provocou uma reforma no jornalismo brasileiro, e como senador constituinte, quando contribuiu para a criação do Conselho de Comunicação e do conceito de comunicação pública na Constituição de 1988.

— Que saibamos manter esse amor, essa paixão, esse entusiasmo — disse Paulino.

Estavam na sessão a viúva de Pompeu de Sousa, Othília Pompeu de Sousa Brasil, e a filha dele, Ana Lúcia Pompeu de Sousa Brasil.

## Ferraço homenageia os 100 anos do Instituto Histórico e Geográfico do ES

Os 100 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), comemorados no dia 12, foram lembrados ontem por Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O senador destacou que a entidade, mantida pelo governo, em parceria com recursos privados de cerca de 1.000 associados, é responsável pela preservação da memória coletiva e da



Wallemir Borretto/Agência Senado

história capixabas. — Ao longo desse período, o instituto atuou com credibilidade e gerou resultados importantes. Em uma revista lançada em 1917, foram divulgadas pesquisas e estudos sobre a evolução econômica do Espírito Santo, passando pela monocultura do café e pela diversificação industrial, com destaque aos setores do aço e da celulose.

## Dário defende reforma administrativa para recuperação da economia do país

A reforma mais necessária para o país neste momento, segundo Dário Berger (PMDB-SC), é a administrativa.



Wallemir Borretto/Agência Senado

cionou a falência de empresas e o crédito e o consumo em baixa. Dário reconheceu, no entanto, que a reconstrução do país

O senador disse que, devido a equívocos do governo de Dilma Rousseff, o país está em sérias dificuldades, com a economia “em queda livre”. Isso se reflete na inflação alta e nos juros e no desemprego elevados. Ele também men-

será lenta. — Temos que avançar, não podemos retroceder e a única maneira é fazer mais, melhor e com menos. Que o novo governo possa implementar um plano de salvação nacional — afirmou.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CCT Fundos de incentivo

**8h45** Audiência pública debate os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico com representantes dos setores aeroespacial e de telecomunicações.

#### CMA Animais

**9h30** Reunião deliberativa com 17 itens. Entre eles, projeto que inclui a proteção de animais entre as prioridades da educação ambiental e proposta sobre a promoção de campanhas educacionais para estimular o uso racional da água.

#### CAE FGTS e moradia

**10h** Deliberação de 19 itens, como o projeto que reduz o prazo de carência para utilização do FGTS para fins de aquisição de moradia própria.

#### IMPEACHMENT Testemunhas

**11h** A comissão ouve três testemunhas: o ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura André Nassar; o ex-secretário-executivo-adjunto da Casa Civil Gilson Bittencourt; e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho.

#### TRANSPARÊNCIA Avaliação

**11h** Análise do plano de trabalho de avaliação da política pública de participação social na gestão do Plano Plurianual.

#### CE Promoção do turismo

**11h45** Projetos sobre a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros e sobre a gestão democrática do ensino público estão entre os 14 itens da pauta.

#### PLENÁRIO Crédito

**14h** Na pauta, MP que abre crédito extraordinário ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 316 milhões.

#### MINERACÃO Legislação

**14h** Subcomissão analisa requerimento de audiência pública sobre a modernização da legislação mineral brasileira.

#### MP 718 Dopagem nas Olimpíadas

**14h30** Debate da medida provisória sobre o controle de dopagem e medidas tributárias para realização dos Jogos Olímpicos.

#### CMO Limites

**14h30** Análise de projeto que altera limites para abertura de créditos suplementares previstos na Lei Orçamentária de 2016.

#### MULHER Plano de trabalho

**15h** Apresentação do plano de trabalho para 2016 e análise de requerimento para concurso de vídeo por celular sobre superação da violência contra a mulher.

#### PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

**16h** Renan Calheiros preside a ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • **Alô Senado:** 0800 612211  
 • **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

O advogado José Eduardo Cardozo argumentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal não descreve atraso nos pagamentos aos bancos públicos como operação de crédito

# Secretários do TCU confirmam pedaladas

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouviu ontem duas testemunhas no processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Secretários do Tribunal de Contas da União (TCU) confirmaram a prática reiterada de atrasos nas transferências de valores relativos ao cumprimento do Plano Safra para bancos públicos em 2015 — as pedaladas fiscais.

A comissão também votou requerimentos e decidiu pela dispensa de outras quatro testemunhas, que seriam ouvidas entre ontem e hoje. Todos os nomes eram testemunhas de juízo e ainda poderão ser reconvocados dentro da cota da defesa, que terá 24 horas para fazer os ajustes na sua lista.

Para agilizar as oitivas, o presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), convocou sessões para todos os dias desta semana. Hoje serão ouvidos Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES, André Nassar, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, e Gilson Bittencourt, ex-secretário-adjunto da Casa Civil da Presidência da República.

## “Artifício deliberado”

A primeira testemunha de ontem foi o secretário de Controle Externo do TCU, Tiago Alves Dutra. Ele afirmou que os atrasos na quitação do Plano Safra com os bancos públicos foram um “artifício deliberado” do governo federal para fraudar estatísticas fiscais e “maquiar” contas públicas.

Dutra explicou que o governo começou a quitar os débitos com os bancos apenas após intervenção do TCU, no final de 2015. Ele relatou que o Banco Central não computava esses passivos nas estatísticas fiscais, que acabavam “distorcidas”. Segundo ele, foi isso que impediu que a prática fosse detectada mais cedo.

O secretário defendeu que os atrasos sejam considerados como operações de crédito porque foram sistemáticos e prolongados. Segundo ele, há registros documentais de que a equipe econômica do governo foi alertada por técnicos do Tesouro sobre as irregularidades nos pagamentos.

O advogado da presidente afastada, José Eduardo Cardozo, argumentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não descreve os atrasos nos pagamentos aos bancos públicos como operações de crédito. Ele disse que apenas recentemente o TCU firmou entendimento em relação a essa questão, mas, como os atos são anteriores ao acórdão, não é possível julgar a presi-

dente Dilma Rousseff nessas condições.

O segundo a depor foi o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Leonardo Albernaz. Ele também confirmou as manobras contábeis e afirmou que esses problemas se prolongaram ao longo de muito tempo, gerando consequências para o país.

— É um pouco assustador ouvir que as pedaladas são apenas fatos contábeis. São desvios bastante contundentes e violação da responsabilidade fiscal. Parte da crise social e econômica que vivemos hoje está relacionada com falta de cuidado com a gestão das

finanças públicas — declarou.

Albernaz disse que o TCU não tem a intenção de criminalizar políticas econômicas. Ele destacou, porém, que o tribunal tem a obrigação de defender a legislação orçamentária e fiscal.

## Divergências

Para o advogado José Eduardo Cardozo, porém, existe interpretação divergente em relação às pedaladas fiscais. Ao comparar decisões do TCU de 2009 e 2014, Cardozo disse que o órgão mudou de posição em relação às manobras contábeis — o que, em tese, inocentaria Dilma.

O depoimento de Leonardo Albernaz causou divergência entre os senadores. Enquanto a base governista elogiou os argumentos expostos, a oposição ao governo interino criticou a fala do secretário. Para José Medeiros (PSD-MT), o depoimento de Albernaz tornou “clara como água” a fraude fiscal cometida pelo governo Dilma. Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que houve “maquiagem do governo” em relação à responsabilidade fiscal. Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou o caráter didático de Albernaz, e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) disse que o depoimento do secretário

fez os argumentos da defesa caírem por terra.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionou os prazos e os entendimentos do TCU. Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou o entendimento do TCU, enquanto Fátima Bezerra (PT-RN) se disse convencida da falta de base legal para o impeachment. Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu as medidas de Dilma, afirmando que o TCU quer criminalizar uma política de ampliação de gasto recorrente no mundo inteiro.

— O que está em jogo aqui não é crédito suplementar, é diminuir direitos do trabalhador — disse Lindbergh.



Tiago Dutra e Leonardo Albernaz: secretários do TCU disseram que as manobras contábeis se prolongaram no tempo e foram “maquiadas” pelo Banco Central



## Comissão do Impeachment dispensa quatro testemunhas; defesa recorrerá

Logo no início da reunião, a Comissão do Impeachment aprovou a dispensa de quatro testemunhas: Marcus Pereira Aucélio, ex-subsecretário de Política Fiscal do Tesouro Nacional; Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento e Finanças; Marcelo Sainitive, ex-secretário do Tesouro; e Marcelo Amorim, ex-coordenador-geral de Programação Financeira do Tesouro. Os dois primeiros nomes seriam ouvidos ontem e os outros, hoje. O relator, Antonio Anastasia, deu parecer favorável à dispensa.

A aprovação, no entanto, não ocorreu sem polêmica. Ronaldo Caiado, autor de dois

dos requerimentos de dispensa, afirmou que é preciso impor celeridade no trabalho da comissão e que os assuntos que seriam tratados por essas testemunhas já teriam sido esclarecidos. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou a tentativa de “procrastinação” da defesa.

Já os senadores que defendem a presidente afastada Dilma Rousseff protestaram contra a dispensa. Vanessa Grazziotin destacou que duas testemunhas já estavam presentes na comissão. Gleisi Hoffmann disse que a estratégia “não era séria” e classificou a votação de “atabalhada”. Para Lindbergh Farias, a estratégia

da base “deu errado”, já que as testemunhas da semana passada “destruíram” a tese de impeachment.

O advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, anunciou que recorrerá ao Supremo

Tribunal Federal (STF) contra a dispensa das testemunhas, por não ter havido motivação expressa. Ele informou que em 24 horas enviará atualização das testemunhas para o rol da defesa.



Caiado pediu dispensa de 2 pessoas que seriam ouvidas e cobrou rapidez



Lindbergh protestou contra estratégia da base aliada a Temer

## Documentos do processo terão que passar por perícia, decide Lewandowski

A Comissão do Impeachment promoverá perícia dos documentos referentes à denúncia contra Dilma Rousseff. O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, acatou recurso de senadores contrários ao impeachment e determinou a realização da perícia solicitada pela defesa para produção de provas. Uma junta de três técnicos do Senado será responsável pelo procedimento.

A perícia estudará os quatro

decretos orçamentários e os repasses para o Plano Safra que são objeto da denúncia contra Dilma. Os senadores do colegiado terão 48 horas para protocolar os pontos que queiram ver analisados pela perícia e para indicar peritos assistentes. A partir dessa definição, a junta terá dez dias para concluir o trabalho.

O grupo deverá ser formado pelos consultores Diego Prandino Alves e João Henrique

Pederiva, da Consultoria de Orçamentos, e por Fernando Álvaro Leão Rincon, diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado. Alves foi indicado coordenador da junta pericial. O presidente da comissão, Raimundo Lira, determinou que os senadores terão 24 horas para avaliar se há suspeição de algum dos peritos designados.

Lewandowski indeferiu dois recursos. Um deles, de

Ronaldo Caiado, argumentava que o presidente do STF não deveria decidir sobre questões de mérito. Lewandowski respondeu que seu papel é afastar possíveis nulidades, independentemente da natureza. O segundo recurso, da acusação, contestava o prazo dado à defesa para que substituisse testemunhas. Lewandowski entendeu que essa foi uma decisão do colegiado que deveria ser respeitada.

Representantes de várias entidades e especialistas em questão de gênero discutiram em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos que é preciso haver enfrentamento ao machismo e à misoginia para diminuir os casos de violência contra as mulheres

# Debate aponta mudança cultural e leis para reduzir estupros

HAVERÁ REDUÇÃO DOS casos de estupro no país quando diminuir a objetificação sexual das mulheres, a ideia de que elas estão ao dispor do homem. E isso não depende apenas da aprovação de leis, mas sim de enfrentamento cultural e educacional contra a misoginia (desprezo às mulheres) e o machismo. Esse foi o teor do debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o tema, realizado ontem.

Na opinião da representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Valeska Zanella, o processo de objetificação das mulheres, da ideia de que elas estão disponíveis e podem ser “tomadas” quando o homem desejar, mesmo que não queiram, está tão enraizado na sociedade que acabou “normalizado”, ainda que abominável. A mudança, observou, só virá com enfrentamentos no campo cultural, na mudança da visão de que a mulher deve estar disponível e pode ser “consumida” pelos homens. Ela defendeu, inclusive, interferência na comunicação de massa, citando as propagandas de cerveja e os clichês como perpetuadores da cultura de estupro.

— A gente precisa de leis, é um ponto importante, não só para proteger da violência, mas para ajudar na mudança cultural. É importante pensar em um tipo de controle da mídia, que tem papel fundamental na manutenção desse tipo de masculinidade [que objetifica a mulher] e na questão da educação. Mais do que nunca a gente precisa discutir na educação a questão de gênero — disse Valeska.

Outra a defender o controle da mídia foi a representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Alinne Marques. A seu ver, o marketing, em especial, tem uma ideia cruel, que adota estratégia baseada na pirâmide de Maslow, priorizando o consumo.

— Ele coloca a mulher no patamar da necessidade fisiológica e de consumo do homem, como mecanismo para aumentar a publicidade, a venda e a renda. Para Alinne, os ataques não serão impedidos se não forem combatidas as causas: o preconceito e o machismo que alimentam a cultura do estupro e culpabilizam a vítima, como usar short curto na rua para legitimar um crime. Ela acrescentou que crianças e bebês sendo abusados dão mostras de que a violência não ocorre simplesmente porque as vítimas não “se deram o respeito”, é algo mais profundo.

## Mudanças

A representante da OAB sugeriu mudanças legislativas sobre crimes como a perseguição às mulheres, a possibilidade de retirada do nome do pai abusador do registro da vítima e o enfrentamento a violência psicológica que os filhos, testemunhas das agressões, sofrem dentro de casa e que muitas vezes passam a reproduzir na vida adulta.

Carolina Ferreira, especialista em direito, Estado e Constituição, criticou o chamado populismo penal, a elevação das penas quando ocorrem casos com grande exposição na mídia. Na opinião delas, as penas para estupradores já são altas, elevadas



Paim conduz debate na Comissão de Direitos Humanos, com a participação de professores universitários, representantes de entidades e especialistas em questão de gênero

pela Lei 12.015/2009, e chegam a 30 anos, mas isso não alterou a ocorrência dos crimes. O direito penal tem respostas restritas, não resolvem o conflito e o senso comum de que a sociedade estará mais segura com penas aumentadas não é real.

Carolina apontou a existência de uma cultura de estupro no trâmite dos processos no Judiciário, quando juízes desconsideram a palavra da vítima para, por exemplo, entender se houve crime. Ela elogiou a criação do Observatório das Mulheres contra a Violência do Senado, que pode auxiliar na mudança do cenário a partir de análise das políticas públicas e do monitoramento de dados, e não apenas na mudança das leis.

Também nessa linha, a doutora em direito pela Universidade de Brasília (UnB) Soraiá Mendes defendeu a mudança do

ensino em escolas e até mesmo em faculdades, que perpetuam a cultura do estupro ao, por exemplo, apontarem em manuais de direito a relativização da negativa de uma mulher ao ato sexual.

## Cultura de estupro

A maioria das participantes reforçou a existência de uma cultura de estupro no país. Para as representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Jolízia Batista e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Martins Batista, essa cultura se revela na banalização do crime, aceito e tolerado por parcela importante da população. Essa banalização faz com que a vítima sinta medo e vergonha de denunciar a agressão sofrida.

— O alto número de casos registrados e os casos subnoti-

ficados revelam uma triste realidade: o Brasil tolera e incentiva o estupro, a ponto de podermos afirmar que o crime faz parte da nossa cultura — frisou Junéia.

Silvia Badim, da Diretoria da Diversidade da UnB, lembrou que pelo menos um terço dos casos de estupro ocorrem no âmbito familiar ou praticado por pessoa conhecida da vítima, o que contribui para a subnotificação.

— Nós mulheres sofremos assédio cotidiano, do ambiente de trabalho às ruas. Mas com a objetificação da mulher, nossa palavra é colocada em segundo, terceiro ou quarto planos — afirmou a professora, ao relatar a intimidação de vítimas de violência sexual.

Representante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno, Clementina Bagno ressaltou que o estuprador não

deve ser visto como delinquente, monstro ou portador de transtorno mental que precise de tratamento. Em sua maioria, ele é apenas um homem, tido como superior às mulheres e movido pelo reflexo da cultura patriarcal e da relação de força e opressão. Ela salientou que o abuso às mulheres negras é ainda mais numeroso.

## Aplicativo

Durante a audiência, Alinne e a advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero Aisla Amorim anunciaram a criação de aplicativo para smartphones chamado Rede de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência. As criadoras explicaram que ele traz informações com os possíveis meios de denúncia, quem e quais instituições devem ser procuradas quando a mulher for violentada

e até mesmo a possibilidade de profissionais se cadastrarem para trabalhar de forma voluntária no atendimento às vítimas

— Só conseguiremos combater esse câncer da sociedade quando implantarmos políticas públicas integradas em segurança, saúde e assistência — disse Alinne.

Único homem convidado a falar na audiência, o representante da Fasubra Sindical e servidor da área de segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mozarte Simões da Costa Junior, relatou pesquisas mostrando a ocorrência de violência sexual nas escolas e universidades brasileiras.

— São meninas estupradas dentro de banheiros de escolas e universidades, que sofrem no trote e dentro dos alojamentos das casas de estudantes das universidades.

Para Costa Junior, é urgente colocar fim ao abuso praticado por estudantes veteranos contra alunas que ingressam nas universidades. Ele destacou a necessidade de prevenção e proteção das estudantes, além de medidas de combate à cultura de violência nos campi universitários.

## Gleisi elogia Obama e condena uso da religião para matar

Em Plenário, Gleisi Hoffmann (PT-PR) também condenou o atentado de Orlando, nos Estados Unidos, que, para ela, mostrou a fraqueza e a covardia do terrorismo. Ela criticou a nota do Itamaraty, que citou o atentado sem mencionar o perfil das vítimas. A senadora afirmou que o desprezo a homossexuais não se limita a terroristas, mas a todos que usam a religião para semear o preconceito.

— E o que me deixa mais chocada é ver que muitos o fazem em nome de Deus e de princípios cristãos.

Gleisi elogiou a manifestação do presidente americano, Barack Obama, e do governador da Flórida, Rick Scott, a respeito do massacre na boate gay.

## Comissão divulga nota de repúdio a atentado nos EUA

No início da audiência, Paulo Paim leu nota pública registrando desagravo aos atingidos no massacre de 49 pessoas em Orlando (Estados Unidos) no domingo, em boate frequentada por gays, lésbicas e simpatizantes. Na nota, a CDH repudia a agressão e a homofobia.

— Isso é um crime que envergonha a humanidade, mostra o nível da violência e a falta de uma visão humanitária em nível internacional — leu Paim.

No Brasil, diz o texto, “perseguições acontecem contra gays, mulheres, negros e tantos outros discriminados”. Os participantes fizeram um minuto de silêncio em memória das vítimas.

## Paim diz que sociedade é responsável pelo ataque a boate gay

Em discurso na tribuna do Plenário, Paulo Paim (PT-RS) lamentou a morte de jovens que buscavam diversão na boate nos Estados Unidos e afirmou que o grau de intolerância e de ódio vivenciados cotidianamente mostra que estamos distantes da tão sonhada convivência pacífica e harmoniosa no planeta.

— A sociedade atual é responsável, sim, por essa situação. Conclamamos a todos — e aos Poderes constituídos — ao debate e à meditação. Que país queremos para o nosso povo? Lutar pelos direitos humanos requer consciência, certeza e coragem para podermos propor para as novas gerações o sentimento único que a humanidade necessita. O amor que pode nos conduzir ao único caminho da paz entre os seres humanos — afirmou o senador.

## Lindbergh repudia postura do Itamaraty sobre massacre

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a nota do Ministério das Relações Exteriores sobre o massacre em Orlando. O senador disse que a nota fala apenas em consternação, manifesta solidariedade às famílias e ao governo norte-americano, condenando o terrorismo, mas não se refere ao preconceito e à intolerância, que teriam motivado o massacre.

— A nota vacilante e covarde do Itamaraty não passou despercebida pelas lideranças do movimento LGBT brasileiro. Além do projeto neoliberal no Estado e na condução da economia, tomou de assalto o poder um governo conservador. É como se o Brasil tivesse retrocedido décadas na conquista de novos direitos sociais da comunidade LGBT, das mulheres, da juventude, dos negros, dos índios e de todos os oprimidos — protestou.

## Vanessa destaca aumento do ódio contra mulher e LGBT

As demonstrações de ódio, intolerância e discriminação contra as mulheres e, principalmente, contra os homossexuais também têm crescido no Brasil, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ao lamentar, em Plenário, o ataque à boate em Orlando.

— Não dá mais para deixar que esse crime continue invisível no mundo inteiro. Fica a minha solidariedade não só aos familiares e amigos daqueles que morreram ontem [domingo] em Orlando, ao povo norte-americano, mas também a todos que pertencem ao grupo dos LGBT que, no dia a dia, sofrem não só com a discriminação, mas porque têm sua vida ameaçada todas as horas e todos os dias — afirmou.

## Fátima Bezerra pede aprovação de projetos contra a discriminação

De acordo com Fátima Bezerra (PT-RN), o atentado em Orlando é fruto de uma cultura de intolerância que aumenta no país e no mundo a cada dia. A senadora destacou a necessidade de serem aprovados, no Congresso, projetos de lei que venham promover a dignidade humana e combater qualquer forma de discriminação.

— É um atentado a todos nós, que achamos que os direitos de todos, independentemente de gênero, orientação sexual e religião, devem ser respeitados. Fátima lamentou que Michel Temer esteja na contramão do combate à violência ao extinguir o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

## Terrorismo homofóbico também acontece no Brasil, alerta Capiberibe

A insensatez, o preconceito, a exclusão, a violência e a desumanidade têm predominado nestes tempos, disse João Capiberibe (PSB-AP). Ele afirmou que o massacre em Orlando é um caso típico de terrorismo homofóbico, que também acontece no Brasil.

— Essas manifestações homofóbicas promovem assassinatos, atrocidades cruéis com pessoas que decidem pautar sua conduta de acordo com o que pensam. É algo incompreensível, tenho dificuldade de entender.

O senador elogiou as páginas no Facebook De Olho na Emenda e De Olho no Projeto, por meio das quais pode-se acompanhar o uso do dinheiro da emenda que ele, como senador, tem direito de inscrever no Orçamento.

## Audiência discute hoje fundos de ciência e tecnologia

Os fundos de investimento no setor de ciência e tecnologia são tema de audiência pública hoje. Esse será o segundo debate, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sobre assunto, que abrange o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

A audiência faz parte do processo de avaliação da política pública que a CCT deve fazer ao longo do ano. No requerimento que sugeriu a avaliação dos fundos, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirma que eles têm arrecadado anualmente quase R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões relativos ao FNDCT e R\$ 600 milhões relativos ao Funttel. No entanto, segundo o senador, parte expressiva desses recursos não tem sido efetivamente aplicada.

— Essa situação causa grande preocupação, pois pode

## Comissão debaterá potencial de energias renováveis

O potencial brasileiro em produção de energias renováveis não hidráulicas será tema na Comissão Mista de Mudanças Climáticas amanhã. Aumentar a produção e o uso de energias renováveis faz parte do compromisso assumido pelo Brasil na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP-21, onde foi assinado o Acordo de Paris, que vigorará a partir de 2020.

No campo energético, uma das metas brasileiras é alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, a partir da expansão do uso de fontes renováveis. Por isso, a comissão incluiu a questão entre os temas a serem analisados em



Aloysio quer discutir aplicação da verba dos fundos, que chega a R\$ 5,1 bilhões/ano

comprometer severamente o desenvolvimento do Brasil, deixando nosso país ainda mais distante das fronteiras científica e tecnológica, que avançam cada vez mais rapidamente”, diz Aloysio.

Foram convidados para o debate o diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Jorge Almeida Guimarães; o presidente do Centro de

Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), Sebastião Sahão Junior; o vice-diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), major-brigadeiro engenheiro Fernando Cesar Pereira Santos; e o vice-diretor do Instituto Evandro Chagas (IEC), Fernando Tobias Chaveira.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

audiências públicas. Foram convidados a coordenadora da Campanha de Energia do Greenpeace Brasileira, Bárbara Rubim; o vice-presidente de Bioenergia e Energia Renovável da Associação Brasileira das Indústrias de

Biomassa e Energia Renovável, Gerson Sampaio Filho; e o coordenador técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica Sandro Yamamoto.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Brasil planeja ampliar a produção de energias renováveis, como a solar, até 2030

## Projeto cria loteria para cidades em calamidade pública

Projeto que regulamenta a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias, com renda destinada a cidades em estado de calamidade pública, é uma das propostas em pauta na reunião de amanhã da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De autoria de Dário Berger (PMDB-SC), o projeto (PLS 56/2016) é relatado por Elmano Férrer (PTB-PI), que apresentou voto favorável à aprovação.

Para agilizar o sorteio, o texto propõe que a Caixa faça o concurso no prazo máximo de 20 dias, contados da data de reconhecimento do estado de calamidade pública do município por parte do governo federal.

O projeto também estabelece que a Caixa repasse diretamente

aos municípios, no prazo máximo de três dias, os recursos cabíveis, devendo então o município prestar contas ao seu Tribunal de Contas ou, na falta desse, ao Tribunal de Contas do estado.

A proposta, esclarece Dário, não pretende substituir ou dispensar as ações previstas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, apenas conferir fonte ágil de recursos adicionais para que as cidades em estado de calamidade pública possam oferecer socorro emergencial.

De acordo com o projeto, 58% do montante arrecadado será destinado ao rateio entre as cidades. Elmano acolheu emenda apresentada posteriormente por Dário determinando que 28% serão destinados aos vencedores do sorteio, sobrando 5% para a Caixa e 9% aos lotéricos.

Elmano destaca no relatório que a rapidez no enfrentamento às calamidades é fundamental e exige disponibilidade de recursos para ações de socorro e assistência e restabelecimento de serviços essenciais.

A comissão também pode votar relatório de José Medeiros (PSD-MT) que pede a rejeição do PLS 163/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO). O projeto reserva 10% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para programas de desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (Ride).

Na justificativa, Caiado argumenta que o DF já tem um fundo próprio — o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) —, além de receber um percentual do próprio do FCO.

Reprodução/Portal Brasil



Nadadores treinam no Estádio Aquático, no Rio: a medida pretende garantir que os jogos sejam realizados sem drogas

## MP sobre Lei Antidoping é tema de audiência pública

A atualização da legislação antidopagem é uma exigência do Comitê Olímpico Internacional para a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil

A ATUALIZAÇÃO DA legislação antidopagem será o tema de audiência pública a ser realizada hoje pela comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória (MP) 718/2016, que cria a Justiça Desportiva Antidopagem e atualiza a legislação brasileira sobre o assunto.

A MP atende os requisitos exigidos para realização dos

Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 no Brasil.

Para isso, torna a Lei 9.615/1998 mais técnica e efetiva, de modo a garantir que as competições esportivas estejam livres de quaisquer formas de dopagem. Entre as ações, está a definição das competências da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), como conduzir os testes e fazer a gestão dos resultados.

Foram convidados o secretário nacional da ABCD, Marco Aurelio Klein, o coordenador do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, Fran-

cisco de Aquino Neto, o diretor médico do Comitê Olímpico Rio 2016, João Grangeiro, e o gerente-geral de Serviços de Controle de Dopagem do Comitê Olímpico Rio 2016, Eduardo De Rose.

A comissão é presidida pelo senador Humberto Costa (PT-PE) e tem como vice o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). O deputado Celso Jacob (PMDB-RJ) ocupa o cargo de relator. Já o senador Telmário Mota (PDT-RR) é o relator-revisor.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Projeto inclui empreendedorismo nos currículos

A Comissão de Educação (CE) se reúne hoje para votar pauta com 14 itens. Entre os projetos que podem ser aprovados, está o que visa incluir o empreendedorismo nos currículos do ensino médio, nos anos finais do ensino fundamental e na educação superior, com a finalidade de estimular a iniciativa entre os alunos.

O objetivo de José Agripino (DEM-RN), autor do PLS 772/2015, é tratar o empreendedorismo não como uma nova disciplina, mas como tema transversal, assim como já acontece com os direitos humanos, incluído em 2014.

Para ele, é preciso promover o protagonismo dos alunos e estimular atitudes de criatividade

e a busca da inovação, o que não acontece normalmente nas escolas. O que ocorre, em geral, é o estímulo à repetição, afirma o senador.

Agripino explica que a educação para o empreendedorismo não tem a pretensão de tornar todas as crianças empresários, mas criar uma mentalidade empreendedora para a vida, o que serviria também para o setor público, as artes e o voluntariado.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), deu voto favorável ao projeto, com emendas. A decisão da comissão é terminativa: o texto não precisará ser votado pelo Plenário se não houver recurso com esse fim, seguindo, então, direto para a Câmara dos Deputados.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Para Agripino, a medida vai criar uma mentalidade empreendedora nos jovens

## Plano de análise da participação social em políticas públicas deve ser votado

A Comissão de Transparência e Governança Pública deve votar hoje parte de seu plano de trabalho para 2016. Um dos temas escolhidos para avaliação foi a participação da sociedade na formulação e execução de planos, programas e políticas públicas traçados pelo governo federal, em especial os que integram o Ciclo de Gestão do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. O relator do processo é Wellington Fagundes (PR-MT).

O senador observou que a Lei 13.249/2016, que instituiu o PPA 2016-2019, fixou como diretriz assegurar a participação social na elaboração e implantação das ações para o período e impôs dois desafios: criar as condições necessárias à participação social e harmonizar as formas de participação existentes no espaço democrático.

### Roteiro

O ponto de partida do roteiro a ser discutido pela comissão é a análise da concepção do Executivo sobre a participação social na formulação e gestão de planos, programas e políticas públicas. Serão examinados estudos e

avaliações já produzidos. Na etapa de avaliação dos dados levantados, estão previstas três audiências públicas com representantes de entidades da sociedade selecionadas pelo colegiado.

Os debates devem começar em julho, com o tema "O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque da sociedade civil". O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e a Transparência Brasil estão entre as instituições convidadas.

Mais duas audiências deverão ocorrer em agosto, uma em Cuiabá e outra no Senado. Na primeira, o papel e os instrumentos de participação social serão analisados com representantes do estado e municípios mato-grossenses. O outro debate, com membros da Casa Civil da Presidência, do Ministério do Planejamento, do Legislativo federal e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), será ainda marcado. A expectativa é de que o relatório final do plano de trabalho seja apresentado até o final de outubro.

## Pagamento antecipado em contrato com setor público pode ser restringido

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar hoje proposta que limita o pagamento antecipado nos contratos com a administração pública. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 169/2015 foi inspirado nas investigações das CPIs dos Correios e do Mensalão.

Para o autor, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), empresas do publicitário Marcos Valério, condenado por desvios no mensalão, receberam pagamentos substanciais antes da aprovação das campanhas publicitárias contratadas.

A ideia original de Thame foi proibir taxativamente a antecipação de pagamentos. Entretanto, emenda

do relator na CAE, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), permite o pagamento antecipado de forma excepcional "se houver previsão em edital e garantias efetivas" da realização integral e satisfatória do objeto do contrato. Segundo Ferraço, tanto a Controladoria-Geral da União quanto o Tribunal de Contas da União (TCU) admitem pagamento antecipado nessas hipóteses.

O projeto altera a Lei de Licitações (8.666/1993) no que tange ao edital e ao pagamento. Com a decisão da CAE, a proposta seguirá para deliberação do Plenário do Senado.

A pauta completa da reunião da CAE inclui mais 18 proposições.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Tecnologia depende de pessoal, indica debate

Para especialistas, as novas tecnologias vão ampliar a participação popular no Parlamento, mas exigirão qualificação de pessoal

O INVESTIMENTO EM formação de pessoal é um recurso básico para que a tecnologia de informação possa influenciar positivamente o processo legislativo nas próximas décadas. A avaliação é do diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados (Cenin), Guilherme D'Amato, em audiência pública realizada ontem pela Comissão Senado do Futuro, que debateu o impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo.

— A tecnologia vai influenciar o processo legislativo por meio das pessoas. Os equipamentos estarão disponíveis, mas precisaremos de ter políticas de gestão de talento, capacitação tecnológica e legislativa — afirmou.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), Thiago Sombra disse que o novo espaço público de discurso impõe novos desafios e que cada indivíduo pode gerar riqueza ou influenciar o processo de interação. Ele avaliou que o maior debate, quando se trata de processo legislativo ou da intervenção do cidadão na regulação estatal, diz respeito à prestação de contas.

— O processo legislativo deve ter participação inclusiva.



Wellington Fagundes (3º à esq.), presidente da comissão: tecnologias das mídias sociais incentivam a participação ativa da população na política e no Parlamento

A iniciativa popular era praticamente inviável em 1988, na elaboração da Constituição. Hoje está acessível a qualquer pessoa. Os fóruns estabelecidos pelo Congresso brasileiro são significativos, a interação de parlamentares com sua base é marcante — avaliou.

## Iniciativa popular

O professor do Instituto de Ciência Política da UnB Carlos Marcos Batista frisou que a participação popular e a transparência só podem prosperar no ambiente democrático de liberdade e livre expressão, que se reforça com as novas tecnologias de informação digital. Os instrumentos de democracia digital mais tradicionais, lembrou, são a consulta e a iniciativa popular, ao lado de mecanismos mais

tradicionais, como o referendo e o plebiscito.

— Quando inseridos no mundo virtual, esses mecanismos trarão progresso ao Parlamento. Não se espera que 100% da população participe o tempo todo, mas se espera que de 20% a 25% da população esteja atuando no processo virtual — disse.

Para o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Sérgio Braga, a onda tecnológica favorece a manifestação pública por diversos mecanismos virtuais. Ele avaliou que esses recursos permitem maior controle social e que o Parlamento não deve ficar acuado diante das crises, mas aproveitar essas oportunidades para o próprio crescimento.

— Há a propensão de vários

atores políticos, como os partidos e os sindicatos, a deslocar suas plataformas para as redes sociais. O Parlamento sinaliza não só as políticas públicas, mas valores para a comunidade — declarou.

## Nova revolução

Colunista da revista *Você S/A* e da BandNews FM, Gil Giardelli disse que o mundo vive hoje uma nova evolução. Ele observou que a maioria das palavras usadas hoje nasceram ou criaram forma entre a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

— Vamos ter que repensar a forma de fazer política. A evolução coloca em xeque as empresas, as pessoas e os países. Se antes a inovação demorava 30 anos, agora estamos falando de uma época

em que tudo acontece e tudo já está atrasado em um ano — afirmou.

Presidente da Comissão Senado do Futuro, criada para avaliar as políticas públicas federais voltadas para o desenvolvimento nacional, Wellington Fagundes (PR-MT) ressaltou que as tecnologias da informação e as tecnologias da comunicação têm possibilitado maior aproximação do cidadão com o Parlamento.

— As mídias sociais proporcionaram uma mudança de paradigma. Antes, as pessoas consumiam informação passivamente. Agora, com postura ativa, qualquer pessoa pode criar conteúdo e formar opinião, democratizando a troca de informações e o conhecimento — concluiu o senador.

## Alvaro defende votação de propostas contra a corrupção e pelo fim do foro privilegiado

A Câmara do Deputados não pode impedir a votação do projeto de iniciativa popular com dez medidas de combate à corrupção e à impunidade, disse Alvaro Dias (PV-PR) em Plenário. Ele lembrou que a proposta foi assinada por mais de 2 milhões de eleitores e entregue ao Congresso no final de março.

O senador citou declaração do procurador que coordena a força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, segundo a qual é possível que as investigações acabem, pois quem conspira contra elas são pessoas poderosas e influentes da República. Por isso, a aprovação da proposta é urgente, disse o senador:

— O presidente da Câmara tem que constituir uma comissão especial para iniciar o debate. Quem quer votar contra, que vote, mas é preciso deliberar.

Alvaro também defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria dele (PEC 10/2013), que acaba com o foro privilegiado de autoridades. O senador argumentou que Justiça igual para todos é o que espera toda a sociedade brasileira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Valdir Raupp quer que Senado acelere análise do projeto que atualiza o Simples Nacional

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que o Senado vote logo o projeto que atualiza o Simples Nacional, sistema de pagamento simplificado de impostos que beneficia as micros e as pequenas empresas. Aprovada pelos deputados em setembro, a proposta está pronta para votação no Senado desde fevereiro.

Raupp afirmou que são positivas as várias alterações contidas no projeto. Entre elas, o aumento da abrangência do regime por meio da elevação dos limites de enquadramento e a inclusão de novos beneficiados pelo Simples Nacional, como o pequeno empreendedor rural.

O projeto institui a progressividade dos tributos, simplifica a inscrição e a baixa das empresas, melhora as condições de parcelamento de dívidas e prevê incentivos à exportação, à inovação e aos investimentos produtivos.

— Promovem-se alterações que fomentam o empreendedorismo, que incentivam a regularização e a formalização e que contribuem para a recuperação do emprego.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Gladson diz que ICMS prejudica aviação e destaca crise do setor no Norte, com redução de voos

Gladson Cameli (PP-AC) pediu ontem uma solução para o setor aéreo, principalmente na Região Norte, onde os voos estão sendo suspensos. Ele lembrou que em 4 de abril a empresa Azul deixou de operar no Acre. Em maio, a Gol suspendeu os voos sem escalas entre Rio Branco e Porto Velho. E a TAM, hoje Latam, acabou com os voos diurnos entre Rio Branco e Brasília, que, em certas épocas do ano, podem custar, em apenas um trecho, até R\$ 3 mil.

E isso se deve, disse, ao alto preço dos combustíveis, um dos mais caros do mundo em razão do ICMS, cuja incidência varia de 7% a 25%. Já os voos internacionais são isentos do imposto. O senador disse que, devido ao ICMS, é mais caro viajar para Rio Branco do que para o Cairo, capital do Egito, por exemplo.

— A crise da aviação não é uma questão limitada ao Acre ou à Região Norte. Tem caído desde 2014 o número de passageiros em voos domésticos. A expectativa é que o crescimento volte apenas no segundo semestre de 2017.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Elmano Férrer lamenta aumento da violência e cobra solução para dívidas rurais

Ao citar o atentado terrorista em Orlando (EUA), Elmano Férrer (PTB-PI) se disse perplexo ante o aumento da violência. O fenômeno, disse o senador, deixou de ser exclusivo de grandes centros urbanos, e crimes violentos têm abalado o interior do Piauí, como o caso, há um ano, do estupro de quatro jovens por um grupo de menores. Elmano também registrou a sucessão de suicídios de jovens no estado.

O senador chamou a atenção para a crise profunda no setor produtivo do Piauí, que, segundo estatísticas que apresentou, registra quebra de safra de mais de 60%. Ele frisou que a baixa produção causará o agravamento das dívidas dos produtores rurais e que espera uma solução negociada entre governo e devedores:

— A situação dos produtores se agrava, sobretudo em relação a empréstimos contraídos. E é necessária uma solução urgente, urgentíssima.

Elmano ainda pediu providências de manutenção dos açudes no estado, que entrará em fase de falta de chuvas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Domésticas completam um ano de conquistas

Categoria cresceu desde que entrou em vigor a lei que garante direitos clássicos dos demais trabalhadores, mas dificuldade para assinar carteira ainda precisa ser superada

Aline Guedes

UM ANO DEPOIS da regulamentação da chamada Lei das Domésticas, a categoria tem motivos para comemorar. A Lei Complementar 150/2015, que entrou em vigor em 2 de junho de 2015, estendeu aos trabalhadores domésticos direitos como jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras, adicional noturno e auxílio-creche. O emprego doméstico se caracteriza quando um empregado trabalha acima de dois dias na semana em uma mesma residência. Motoristas, caseiros e vigilantes, quando trabalham no âmbito familiar, são equiparados aos domésticos e, por isso, têm os mesmos direitos.

Segundo o IBGE, houve um crescimento de 4,9% no número de trabalhadores desse setor no Brasil nos últimos 12 meses — de 6.001.258 para 6.294.505. Mas a quantidade de domésticos sem carteira assinada, ou seja, sem os direitos garantidos pela lei, permanece alta, apesar de ter caído. Eles eram 4.083.991 em 2015 (68% do total) e hoje são 4.050.975 (64,4%).

— Muitos empregadores não tiveram condições de manter tantas taxas e acabaram dispensando esses funcionários logo depois que os novos direitos trabalhistas entraram em vigor — explica o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Distrito Federal, Antonio Ferreira Barros.

## Problema técnico

Além da alta carga tributária, a dificuldade de acesso ao eSocial tem levado muitos a permanecerem na informalidade, segundo Barros. O eSocial é um projeto do governo federal para unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos empregados. A ideia era simplificar o registro, mas as reclamações dos patrões sobre a operação do sistema são constantes.

Para a relatora da proposta de emenda à Constituição na Comissão de Assuntos Sociais, senadora Ana Amélia (PP-RS), a formalização valorizou a categoria. Ela acredita que inovações enfrentam dificuldades em qualquer lugar do mundo e ressaltou que os problemas de acesso ao sistema da Receita Federal registrados no início não se repetiram em 2016.

Em primeiro lugar, o empregador deve se identificar,



Parlamentares e representantes da categoria festejam a aprovação da proposta



A doméstica Socorro nota avanços, mas o sindicalista Barros aponta desemprego



com informações como CPF e recibos das duas últimas declarações do Imposto de Renda. Após o cadastro, receberá um código de acesso ao portal para inserir dados do funcionário, como data de admissão, valor do salário, jornada de trabalho e número do NIT-PIS-Pasep. Só depois disso será possível gerar a guia única de arrecadação de todos os encargos. O empregador deve entrar todos os meses no site e imprimir a guia.

Para o consultor do Senado Marcelo Cassiano, especialista em Direito do Trabalho, “o eSocial passa a ser praticamente um pré-controle sobre o contrato de trabalho doméstico. Até o tamanho do manual torna difícil a compreensão pelo empregador”. O problema, segundo ele, pode ser resolvido com nova regulamentação.

Cassiano afirma que a PEC equiparou o contrato de trabalho das domésticas ao do trabalhador urbano, substituindo o “contrato de senzala” que era antigamente.

— Estas pessoas passaram a ter direito a um trabalho digno, o direito de serem respeitadas, de terem sua saúde e sua integridade física respeitadas, o direito de se recusar a trabalhar além da jornada normal — afirmou.

## “Saí sem nada”

A doméstica Socorro Mota, por exemplo, trabalhou informalmente dos 16 aos 26 anos de idade. Sem respeito ao horário de almoço, direito a folga, nem hora extra, ela dormia no local de trabalho e folgava somente a cada 15 dias. Para ela, além de conferir segurança financeira, o



Relatora da proposta, Ana Amélia diz que as domésticas foram valorizadas

registro em carteira corrigiu uma vida inteira de injustiça.

— Trabalhei 10 anos em uma casa e, ao sair do emprego, foi como se eu tivesse entrado um dia antes, e eu fui demitida sem nada. Desta forma, a gente só trabalhava e trabalhava, mas nada acontecia em nosso benefício. A gente esperou muito por esta mudança que, demorou, mas saiu — comemora.

## Vetos na lei

A regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos foi sancionada com dois vetos por Dilma Rousseff, atualmente afastada da Presidência da República devido ao processo de impeachment.

O primeiro eliminou a possibilidade de estender o regime de horas previsto na nova lei — 12 horas trabalhadas



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre o primeiro ano da Lei das Domésticas: <http://bit.ly/videodomesticas>

## As principais mudanças

**DEFINIÇÃO E CONTRATO** O emprego doméstico é caracterizado quando um empregado trabalha acima de dois dias na semana em uma mesma residência. Empregador e empregado firmam contrato de trabalho, que poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ambas as partes, desde que pago o aviso-prévio na forma que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O contrato de experiência poderá ter prazo inferior a 45 dias. É proibida a contratação de menor de 18 anos para fins de trabalho doméstico.

**JORNADA DE TRABALHO** A jornada de trabalho é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, mas o empregador poderá optar pelo regime de 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso. O intervalo para almoço vai de 1 a 2 horas, mas poderá ser reduzido para 30 minutos por acordo escrito entre empregador e empregado.

**BANCO DE HORAS** O trabalho que exceder 44 horas semanais será compensado com horas extras ou folgas, mas as 40 primeiras horas extras terão que ser remuneradas. As horas extras deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano.

**FGTS E INSS** O empregador pagará mensalmente 20% de alíquota incidente sobre o salário pago: (8% de FGTS + 8% de INSS + 0,8% de seguro contra acidente + 3,2% relativos à rescisão contratual).

**MULTA EM CASO DE DEMISSÃO** A multa de 40% nas demissões será custeada por alíquota mensal de 3,2% do salário, recolhida pelo empregador em um fundo separado ao do FGTS. Essa multa poderá ser sacada quando o empregado for demitido. Nas demissões por justa causa, licença, morte ou aposentadoria, o valor será revertido para o empregador.

**SUPERSIMPLES DOMÉSTICO** Será criado no prazo de 120 dias após a sanção da lei. Por meio do Supersimples, todas as contribuições serão pagas em um único boleto bancário, a ser retirado pela internet. O Ministério do Trabalho publicará portaria sistematizando seu pagamento.

**VIAGEM** As horas de trabalho excedidas pelo empregado durante viagens com a família do empregador poderão ser compensadas após o término da viagem. A remuneração será acrescida em 25% e o empregador não poderá descontar dela despesas com alimentação, transporte e hospedagem.

**FÉRIAS E BENEFÍCIOS** Os 30 dias de férias poderão ser divididos em dois períodos ao longo de um ano, sendo que um dos períodos deverá ser de, no mínimo, 14 dias. O seguro-desemprego poderá ser pago por até três meses. A licença-maternidade será de 120 dias. O auxílio-transporte poderá ser pago por meio de “vale” ou em espécie. O aviso-prévio será pago proporcionalmente ao tempo trabalhado. O trabalhador terá direito ao salário-família, pago para cada filho até a idade de 14 anos e para os inválidos de qualquer idade. Segundo a legislação do salário-família, o empregador deve pagar diretamente ao empregado e descontar da contribuição social todo mês.

**ACERTO COM A PREVIDÊNCIA** Será criado o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos (Redom), pelo qual poderá haver o parcelamento dos débitos com o INSS vencidos em 30/04/2013. O parcelamento terá redução de 100% das multas e dos encargos advocatícios; e de 60% dos juros. Os débitos incluídos no Redom poderão ser parcelados em até 120 dias, com prestação mínima de R\$ 100; e o parcelamento deverá ser requerido pelo empregador em até 120 dias a partir da sanção da lei. O não pagamento de três parcelas implicará rescisão imediata do parcelamento.

**FISCALIZAÇÃO** As visitas do auditor-fiscal do trabalho serão previamente agendadas, mediante entendimento entre a fiscalização e o empregador. Foi retirada do texto a previsão de visita sem agendamento, com autorização judicial, em caso de suspeita de trabalho escravo, tortura, maus-tratos e tratamento degradante, trabalho infantil ou outra violação dos direitos fundamentais.

por 36 de descanso — para trabalhadores de outras categorias, como os vigilantes ou os transportadores. Para o Executivo, o dispositivo tratava de tema estranho ao objeto do projeto de lei e submeteria a um mesmo regime categorias sujeitas a condições de trabalho completamente distintas.

O outro item vetado retirou da lei a possibilidade de a “violação de fato ou circunstância

íntima do empregador ou da família” ser motivo de demissão por justa causa. Segundo a Presidência, esse inciso era impreciso e daria margem a fraudes, além de trazer insegurança para o trabalhador. Essa possibilidade, conforme a mensagem de veto, não seria condizente com as próprias atividades desempenhadas na execução do contrato de trabalho doméstico.

## Saiba mais

**Lei dos Empregados Domésticos**  
<http://bit.ly/leidomesticas>

**Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE**  
<http://bit.ly/pmeibge>

**eSocial**  
[www.esocial.gov.br](http://www.esocial.gov.br)

**Direitos dos empregados domésticos**  
<http://bit.ly/direitosdomesticos>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)